

# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.697

SEGUNDA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2024

R\$ 6,90

## Governo faz parecer para vinda de Putin ao G20 no Rio

O governo Lula produziu parecer jurídico que embasa uma eventual visita ao Brasil do presidente da Rússia, Vladimir Putin, mesmo ele sendo alvo de um mandado internacional de prisão. O documento, submetido em novembro à Comissão de Direito Internacional da ONU, poderia sustentar uma vinda do líder russo para a cúpula do G20, no Rio, em novembro. **Mundo A12**

## Alvo de protestos, Netanyahu decide continuar a guerra

Em resposta aos maiores protestos no país desde a eclosão da guerra contra o Hamas, o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, fez um discurso defendendo a continuidade do conflito armado e dizendo que nada vai impedir a invasão de Rafah, na Faixa de Gaza. **Mundo A13**

## Ambiente B1 Mangues amazônicas

Comunidades tradicionais formam a linha de frente na defesa dos manguezais da região Norte, ameaçados pela pesca predatória. O Brasil tem a maior faixa contínua desse ecossistema em todo o planeta.

## Esporte B5 Após vitória em casa, Santos sai na frente do Palmeiras na decisão do Paulista

## Ilustrada C1 Festival É Tudo Verdade exibe mais de 70 documentários em São Paulo e Rio

## Mercado p.16 Pesquisa mostra que 'soft skills' são foco das empresas para contratar estagiários



Manguezal próximo a quilombo no Pará, onde ecossistema é essencial para subsistência dos moradores *Giovanna Stael/Folhapress*

## Lucro cai 24% nas maiores estatais no 1º ano de Lula 3

Ganho menor de Petrobras e BNDES reduziu soma das principais empresas

As cinco principais estatais federais — Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica e Correios — tiveram em 2023 um lucro líquido somado de R\$ 182 bilhões, isto é, 24% menor em relação a um ano antes (em valores nominais, sem contar a inflação). O desempenho no primeiro ano de Lula é explicado sobretudo por retração dos números da Petrobras, que viu seu lucro cair 33%, e do BNDES, com resultado 5% menor. Já Banco do Brasil e Caixa tiveram saldos melhores em 2023. Nos Correios, o prejuízo foi 22% menor.

A explicação para os resultados das estatais, que repassam parte dos lucros ao Tesouro Nacional, varia. A administração da Petrobras diz que houve desvalorização do petróleo no mercado externo. A do BNDES afirma que a base de comparação foi prejudicada pela venda de ações em 2022 — o que não se repetiu em 2023. Analistas observam de perto a movimentação do governo Lula sobre as empresas públicas. Um complicador é o fato de que, desde o ano passado, as estatais estão mais expostas a indicações políticas. **Mercado p.1**



Manifestantes marcham na noite de domingo em Jerusalém para pedir novas eleições em Israel e a devolução dos reféns do Hamas *Ahmad Gharabli/AFP*

## ENTREVISTA DA 2ª Ana Toni

Não vi plano no país de petróleo custear transição

## FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Toni diz não haver uma estratégia clara que destine verba do petróleo para a transição energética. "A Noruega faz isso com o fundo soberano deles", afirma. "Seria algo a ser debatido." **A14**

## Mudança de regra derruba emissões de LCIs e LCAs

**Mercado p.11**

## ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: [www.climatempo.com.br](http://www.climatempo.com.br)



## Auditoria aponta compra de munição por menores

Ao menos 2 milhões de munições foram vendidas irregularmente durante a gestão Bolsonaro (PL) por meio do uso de CPFs de menores de 18 anos e de pessoas mortas, segundo auditoria do TCU. **B2**

## Sete de 38 ministros falam do golpe depois de Lula vetar atos

Após o veto de Lula a eventos sobre os 60 anos do golpe, 7 dos 38 ministros, além da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), citaram o tema em suas redes sociais. "É preciso ter ódio e nojo da ditadura, como disse Ulysses Guimarães", afirmou Silvío Almeida. "Período abominável", disse Flávio Dino, do STF. **Política A6**

## Camila Rocha Legado nefasto da ditadura persiste

O silêncio de Lula quanto aos 60 anos do golpe foi sintomático. Não só seguimos reféns das Forças Armadas como somos mais militarizados. **Política A10**

## EDITORIAIS A2

Alta da dívida pública cria teto para o PIB

Sobre principais projeções de analistas de mercado.

## Estrada perigosa

A respeito de roubos de carga na Baixada Santista.

**JOHNSON'S® é o único 100% livre de álcool, corantes e sulfatos\***

Álcool na pele do bebê? **NANAN/NANÃO**

*entre 80% do mercado e em toda linha de sabonetes líquidos*



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias  
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Paris  
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Alta da dívida pública cria teto para o PIB

Projeções apontam para juros elevados e expansão medíocre da economia nos próximos anos; romper essa dinâmica exige controle dos gastos públicos

A regra fiscal que substituiu o teto para os gastos do governo federal foi relativamente bem recebida, porque ao menos estabeleceu alguma previsibilidade para as contas públicas e afastou o risco de descontrole imediato.

Entretanto todos sabem que o arranjo em vigor é insuficiente para que o déficit orçamentário deixe de ser um obstáculo ao desenvolvimento. Assim o demonstram as projeções de analistas de mercado para a evolução da dívida pública, notadas pelo Banco Central em seu recente Relatório de Inflação.

No documento se observa que as estimativas mais consensuais são de aumento do peso da dívida pública ao longo de toda esta década. Em 2030, esse passivo chegaria a 86,1% do Produto Interno Bruto, ante 75% hoje. São cifras exorbitantes para um país emergente.

Podem-se argumentar que previsões econômicas são imprecisas por natureza. Porém são as expectativas de consumidores e empresários que movem as decisões de compras e investimentos.

Não por acaso, o cálculo de que o endividamento público seguirá em alta se faz acompanhar de uma espécie de piso para os juros — não se espera uma Selic abaixo de 8,5% anuais até o final de 2028.

Do mesmo modo, projeta-se um crescimento econômico não mais do que medíocre no mesmo período, de apenas 2% ao ano.

## Estrada perigosa

Roubos de carga na região de Santos demanda inteligência da polícia paulista e ação federal

A queda de 8,2% em roubos de carga na região de Santos — que abrange 24 municípios de São Paulo — no primeiro bimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023 esconde uma realidade preocupante.

A redução ocorre após salto de 156% nos registros desse crime no local, um salto de 235 ocorrências em 2022 para 602 em 2023 — o maior índice desde 2001.

Em algumas cidades, a trajetória ascendente continua. As cidades de Santos e Praia Grande verificaram alta nos roubos de carga de 150% e 82,4%, respectivamente.

Nessa mesma região, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem investido em ações policiais truculentas como solução, equivocada, para a insegurança — até o momento, a Operação Verão no litoral de estado matou 55 pessoas.

Roubos de carga colocam à prova, como poucos delitos, a eficiência do trabalho policial. Em geral, exigem recursos e planejamento de longo prazo por parte dos criminosos, o que demanda inteligência na investigação para prevenir ou elucidar as ocorrências.

Mas o que se vê, na prática, são

De novo, tais previsões obviamente não configuram uma sentença definitiva. Parece claro, entretanto, que em algum momento o governo terá de fazer algo para mudar a percepção geral.

Buscam-se por ora medidas para aumentar a receita, mas com apenas isso será impossível atingir a meta de zerar o saldo das contas neste ano e obter sobras de 0,5% e 1% do PIB em 2025 e 2026.

Projeções do Tesouro Nacional indicam insuficiência de recursos até o final da atual administração e expansão continuada da dívida no quadriênio 2023-2026 mesmo no melhor cenário — trajetória que mantém a incerteza em relação à solvência do Estado e contribui para elevar os juros.

Não haverá saída sem um programa amplo de controle de despesas. O problema essencial do marco fiscal é que sua determinação de limitar o crescimento da despesa a 70% da alta da receita não é compatível com os indexadores da maior parte dos gastos obrigatórios.

Despesas com Previdência e outros benefícios sobem com reajustes do salário mínimo acima da inflação. Aportes em saúde e educação são percentuais da receita, em desalinhamento à dinâmica que se busca com o ajuste orçamentário.

Rever tais regras será inescapável num futuro próximo, tendo em vista o esgotamento do espaço para ainda mais impostos.

investigações precárias. De janeiro a setembro de 2023, apenas 11,2% dos roubos de carga foram transformados, na época, em inquérito policial. Isso significa que a Polícia Civil paulista deixou de investigar quase 9 de cada 10 casos.

Esse tipo de delito, ademais, gera um custo econômico expressivo. Verifica-se maior perda no Sudeste. De acordo com a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, o prejuízo na região em 2022 foi de R\$ 966,6 milhões, num total de R\$ 1,18 bilhão no país.

Pesquisa do Datafolha mostra que a segurança é uma das principais preocupações dos brasileiros: 65% afirmam que se sentem inseguros nas ruas durante a noite — no Sudeste, a taxa chega a quase 70%. Entretanto não é com medidas populistas, geralmente baseadas só em policiamento ostensivo e operações violentas, que se desenvolvem boas políticas nessa área.

Em relação ao roubo de cargas, o governo paulista precisa tornar a atuação de sua polícia mais eficiente, e o governo federal também deve agir nos âmbitos interestaduais e transnacionais do delito.



## Conto de fadas amazônico

Lygia Maria

O presidente do Brasil de mãos dadas com o presidente da França salta pela mata da Ilha do Combu; num barco ao pôr do sol, miram o horizonte com ternos sorrisos. As imagens, que parecem saídas de um conto de fadas amazônico, servem bem à propaganda política de cunho ambientalista, mas escondem o descalço histórico dos governos locais e federal com a região.

No ranking dos cem maiores municípios classificados por indicadores de saneamento básico, Belém ocupa a 93ª posição, com apenas 19,88% da população ligada à rede de esgotos e infimos 2,38% de dejetos tratados.

A capital do Pará — cenário das idílicas fotos de Lula e Macron na recente visita do mandatário francês — sediará a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) no ano que vem.

Os alertas de desmatamento na amazônia caíram 29,7% em fevereiro, na comparação com o mesmo período de 2023. O problema é que, ainda assim, é o maior índice registrado desde o início da série histó-

rica do sistema Deter do Impe, em 2016. No mesmo mês, o Copernicus, observatório europeu, apontou que a emissão de carbono por queimadas no Brasil foi a maior desde 2003.

Na Terra Indígena Yanomami, entre 2022 e 2023, o número de garimpeiros caiu de 20 mil para 3.000, mas o de indígenas mortos foi de 343 para 363. Mesmo considerando a provável subnotificação anterior, o dado é vexatório. Enquanto isso, em outras regiões da Amazônia Legal, como na Terra Indígena Sararé, a área de extração ilegal de ouro explodiu de 36 hectares em 2022 para 252,3 hectares até outubro de 2023. Saneamento precário, desmatamento, garimpo e infração de direitos dos povos indígenas são problemas crônicos da amazônia que exigem políticas contínuas, interdisciplinares e de longo prazo.

Houve, por óbvio, descalços sob Bolsonaro. Mas o PT governou o país por 14 anos até a atual gestão, e a realidade cruel que assola a região permanece, encoberta sob a narrativa de um conto de fadas amazônico.

## Coisa de mulherzinha

Ana Cristina Rosa

Uma sensação crescente de indignação sobre o significado de ser mulher num país como o nosso tomou conta de mim ao longo de março.

No chamado "mês da mulher", ao menos 5.580 de nós foram estupradas no Brasil — levando em consideração a média nacional de um crime a cada oito minutos, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referentes a 2023.

Estima-se que outras 124 mulheres (negras, na maioria) foram vítimas de feminicídio, crime de homicídio praticado em razão do gênero feminino e em decorrência da violência doméstica e familiar ou do mero menosprezo à condição da mulher — dados do Ministério da Justiça e da Segurança. Mas o Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), elaborado à base de notícias digitais veiculadas na internet, indica situação pior.

Ainda assim, perdi as contas do número de vezes que ouvi dizer "isso é coisa de mulherzinha" nos últimos 30 dias. Falas representam crenças que orientam como as pessoas se comportam. E "coisa de mulher-

zinha" é expressão carregada de estigmas e costuma ser proferida como ofensa, sinal de fraqueza.

Os valores que reproduzimos refletem uma sociedade machista e patriarcal, na qual homens estão no controle. Isso implica múltiplas formas de violência contra as mulheres. "Eles" são maioria entre as autoridades máximas em cargos de decisão, têm o "poder da caneta", e não se constroem em colocar obstáculos no caminho "delas".

Sob a falsa alegação de que gênero é questão "irrelevante", por exemplo, "eles" travam a carreira "delas". "A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo", resumiu a filósofa Simone de Beauvoir.

Por esses dias, soube que "coisa de mulherzinha" segue sendo o pior insulto que um menino pode sofrer quando está nas séries iniciais do ensino fundamental. Me pergunto até quando o feminismo será sinônimo de ofensa e gênero de risco no país.

## A linha vermelha dos Brazão

Italo Nogueira

Das 479 páginas do relatório da Polícia Federal sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, 83 se referem à trajetória da família Brazão.

O índice do documento é suficiente para entender a descrição. "Envolvimento em escândalos", "evolução patrimonial suspeita", "aparelhamento dos órgãos estatais", "grilagem de terras" são os capítulos que organizam o inventário.

O texto conta com reproduções de jornais que expõem o que a PF chama de "singular potencial incriminador dos irmãos". Algumas sequer têm link, por serem de uma época em que a internet engatinhava.

Em quase três décadas, os Brazão formaram currículos eleitorais associando atividades suspeitas e abuso de poder econômico por meio do assistencialismo. A Justiça jamais foi capaz de cobrir.

Assim, os Brazão sempre conseguiram muito voto. Mas quem lhes deu poder foi a elite política do Rio de Janeiro, facilitando a infiltração nos ór-

gãos públicos por meio de cargos, secretaria e até um posto no Tribunal de Contas do Estado. Ela sempre tapou nariz e olhos para as evidências em busca de dividendos eleitorais.

Esse comportamento pode ser resumido na resposta de Eduardo Paes a Marcelo Freixo num debate na disputa à prefeitura em 2012. O prefeito foi criticado por ter aliados citados no relatório da CPI das Milícias.

"Sou obrigado a saber todo mundo que está citado no relatório? Aquilo não é a Bíblia."

Mais de uma década depois, Paes nomeou Brazão, citado no relatório. Depois, o exonerou e reconhecendo o erro.

Mas muitos personagens semelhantes são conhecidos e circulam na política do Rio cada vez com mais poder. Torcem para que as suspeitas contra Chiquinho e Domingos sirvam apenas como exemplo de linha vermelha a não ser cruzada: mandar matar um vereador da capital. Esperam preservar os demais capítulos de suas atividades tão públicas quanto suspeitas.

Repórter da Folha no Rio de Janeiro

## Lima Barreto e o crime

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Em "O Único Assassinato de Caçuzza" Lima Barreto, faz através de um de seus personagens uma afirmação de grande atualidade: "Penso, ao ler tais notícias, que a fortuna dessa gente que está na Câmara, no Senado, nos ministérios, até na presidência da República se alicerça no crime, no assassinato, que acha você?". Ao que seu interlocutor retrucou: — Já houve quem dissesse que, quem não mandou um mortal deste para o outro mundo, não faz carreira na política do Rio de Janeiro.

Mas o ponto que escolhi para uma análise mais detida vem depois:

— Você sabe o que dizem esses políticos que sobem às alturas com dezenas de assassinatos nas costas?

— Não.

— Que todos nós matamos.

A primeira reação do autor de um crime é a negação; a segunda, que todos fazem o mesmo. A crença de que a fortuna e a carreira política assentem-se no crime não é em consequência. Se todos acham que a corrupção é a regra do jogo, estamos em uma armadilha. Quando práticas escusas são percebidas como a regra, o ator que joga limpo se verá como um "otário". Os incentivos nessa situação são para jogar sujo (recorrendo à violência ou a corrupção), esperando que os demais também o façam.

Há forte correlação entre a crença de que "a corrupção é generalizada" e a de se considerar que "pagar propina é justificável". Um estudo experimental mostrou que a exposição à informação sobre o aumento da corrupção na Costa Rica produziu aumento de 28% na propensão a pagar propina em relação a um grupo de controle.

A cientista política Lara Pavão em estudo experimental mostrou que quando todas as alternativas são vistas como corruptas, o efeito da corrupção desaparece. O impacto da informação que um gerente da Petrobras havia devolvido meio bilhão de reais e que a Odebrecht tinha um departamento inteiro, com servidor na Suíça, dedicado a propinas foi avassalador.

Após o caso JBS-Aécio a crença em um mar de lama se generalizou. A ascensão de Bolsonaro e a renovação parlamentar em 2018 não são consistentes, no curto prazo, com a ideia do efeito "mar de lama".

A atual reação contra a Lava Jato é marcada pela negação. Mais importante, vai contra as crenças do eleitorado e mostra a resiliência da aversão à corrupção.

Em nosso país, o hiato entre expectativas normativas e crenças sobre a prevalência da corrupção política é o maior da região. Enquanto apenas 10,1% dos entrevistados do APOR 2023 afirmam que é admissível "pagar uma propina, o menor percentual da região (México, 22%; Uruguai 14,4%; Chile, 12,5%); só somos superados na percepção da corrupção entre os políticos pelo Peru (78,8%). A Argentina (71%) e Chile (70%) têm percentuais próximos ao nosso (75%).